

OS DESAFIOS E OS ASPECTOS PSICOLÓGICOS DA FAMÍLIA MONOPARENTAL FEMININA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

THE CHALLENGES AND PSYCHOLOGICAL ASPECTS OF THE FEMALE SINGLE-PARENTAL FAMILY IN THE CONTEMPORARY SOCIETY

¹Ana Julia Ferrer de Oliveira

anajferrer20@gmail.com

Ane Vanzeler Teixeira

anevanzelertx@gmail.com

Gabriel Figueiredo de Oliveira

gabrielfigueiredoo@icloud.com

Liriel Rondon Araujo.

lirielaraujo01@gmail.com

Rafaela Vitória Laurini

rvitorialaurini@gmail.com

²Renata Vilela Rodrigues E-mail:

renata.rodrigues@univag.edu.br

UNIVAG- Universidade de Várzea Grande

RESUMO

O presente projeto de pesquisa, concentra-se em um tema relevante da sociedade contemporânea relacionando a experiência das famílias monoparentais lideradas por mulheres. O objetivo primário do estudo é entender em profundidade as experiências das mães, examinando os fatores psicológicos e sociais que influenciam suas vidas. A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório. A coleta de dados é realizada por meio da análise de conteúdo do documentário “Mãe Solo”. Essa abordagem permite uma compreensão mais profunda das narrativas e experiências compartilhadas por essas mães. Espera-se que o estudo forneça pistas significativas sobre a experiência das mães na sociedade contemporânea, destacando os desafios psicológicos que enfrentam. Além disso, os resultados podem contribuir para uma maior sensibilização e compreensão das questões enfrentadas por famílias monoparentais femininas.

Palavras-chaves: Mãe. Família monoparental feminina. Interseccionalidade. Psicologia.

ABSTRACT

This research project focuses on a relevant theme of contemporary society related to the experience of single-parent families led by women. The primary objective of the study is to understand in depth the experiences of mothers, examining the psychological and social factors that influence their lives. The research follows a qualitative approach, with an exploratory character. Data collection is carried out through the content analysis of the documentary "Mother-Soil". This approach allows a deeper understanding of the narratives and experiences shared by these mothers. The study is expected to provide significant clues about the experience of single mothers in contemporary society, highlighting the psychological challenges they face. In addition, the results can contribute to greater awareness and understanding of the issues faced by female single-parent families.

Keywords: Mother. Female single parent family. Intersectionality. Psychology.

¹ Acadêmicos de Psicologia da UNIVAG.

² Formada em Psicologia e Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso.
Professora e Orientadora Titular do Curso de Psicologia do UNIVAG

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda o tema desafios e aspectos psicológicos da família monoparental feminina na sociedade contemporânea, no qual se desenvolveu uma pesquisa documental sobre mães que não possuem apoio para o cuidado de seus filhos, através do documentário “Mãe Solo”, da produtora Aworan e da Diretora Camila de Moraes. Descreve e analisa os estigmas, as dificuldades de conciliar a rotina dentro de uma sociedade ainda muito patriarcal, que de acordo com Bruna Camilo (2019) em sua dissertação, traz que o patriarcado, é poder político, ou melhor, uma forma de poder enraizada e estruturada de maneira que homens tomem posse dos corpos femininos. É principalmente o poder político que restringe as liberdades e direitos das mulheres. Além disso, analisa e descreve os aspectos psicológicos, fazendo uma intersecção entre os assuntos. Dessa maneira, aborda os obstáculos enfrentados por essas mães, principalmente na maternidade, considerando que elas precisam conciliar todos os aspectos de suas vidas, como social, econômico e pessoal com a criação de um filho.

Numa perspectiva do imaginário social, uma família é um sistema que opera através de padrões transacionais, isto é, padrões de funcionamento que são constantemente ativados quando algum membro do sistema está em interação com outro. A partir dessas interações são estabelecidos padrões, determinados papéis e é instaurada a previsibilidade (Nichols; Schwartz, 2007 apud Wagner 2011). A família, é a instituição mais antiga já criada, é o primeiro contato social no qual as pessoas têm. E, que opera através de sistemas, padrões e regras, que variam de acordo com cada arranjo familiar, e em uma perspectiva cultural, a composição das famílias ao longo da história tem sido influenciada por uma série de fatores, incluindo mudanças socioeconômicas, culturais, políticas e tecnológicas. As estruturas familiares variam significativamente de uma cultura para outra e de uma época para outra, caracterizando a individualidade vista nas famílias (Wagner, 2011).

Em 1988, a Constituição Federal Brasileira trouxe um novo conceito de família, que considera a família uma instituição que se constitui voluntariamente entre pessoas adultas e que tem uma relação tricotômica com o Estado e a sociedade civil. A família é considerada a base da sociedade e merece proteção especial do Estado, contempla diferentes formas de família legítima, além da que resulta do casamento. Dessa forma, nos dias de hoje há também, a organização por parentesco, a coabitação, a afinidade, monoparentais, casais sem filhos, divorciados, viúvos, além das famílias que se definem por contratos de convivência, entre outros, sendo inviável somente uma configuração e estruturação de família.

Conforme Wagner (2011) é importante desconstruir a ideia de que a

configuração social e cultural determina a estrutura das famílias. Isto é, que famílias monoparentais, recasadas, homoafetivas, entre outras, possuem um funcionamento típico devido a sua composição. A forma como a família está configurada não explica o padrão de funcionamento no qual se estrutura. Neste artigo apresentamos, ainda, uma reflexão crítica sobre as concepções tradicionais de família, ressaltando a importância de considerar a diversidade e as mudanças nos arranjos familiares para uma compreensão mais ampla e abrangente dessas instituições fundamentais na sociedade.

Levando em consideração o que Goffman (1982) apresenta, o estigma é a “situação do indivíduo que é inabilitado para a aceitação social plena” referindo a “um atributo profundamente depreciativo” (Goffman, 1982, apud Morando et al, 2018, p. 8). Dessa forma, de acordo com Assensio Soares (2022) e com conceito de estigma de Goffman, tende a incidir fortemente na identidade das pessoas estigmatizadas e a impactar suas vidas cotidianas, ou seja, as pessoas acabam tomando para si noções e falas ditas socialmente.

E, as mães, ainda, enfrentam uma comunidade conservadora, que não as consideram como uma família. Outra dificuldade está relacionada ao aspecto financeiro, relatando Vitale (2002) acerca da relação entre famílias monoparentais femininas e a pobreza que acaba, de um lado, por construir outro estigma, o de que as mulheres são menos “capazes” de cuidar de suas famílias ou administrá-las sem um homem. estigmas e preconceitos.

Assim, essa estrutura familiar muitas vezes enfrenta estigmas sociais e preconceitos associados à maternidade solteira, que podem impactar sua autoestima e bem-estar emocional. Lidar com pressões externas enquanto tentam garantir um ambiente saudável e estável para seus filhos pode ser extremamente desafiador. Diante do que foi citado, o seguinte trabalho busca responder a seguinte problemática: Quais os desafios e aspectos psicológicos enfrentados pela família monoparental feminina na sociedade contemporânea?

O artigo tem o objetivo de analisar os fatores sociais e culturais que contribuem para a existência das famílias monoparentais femininas na sociedade e mostrar os principais desafios enfrentados, sendo eles em grande maioria, o estereótipo de caráter negativo das mães, que podem ser perpetuados na mídia e pela sociedade.

REORDENANDO A CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA

As mulheres que criam seus filhos sozinhas muitas vezes sem o apoio financeiro ou emocional de uma rede de apoio. Reconhecer e entender as experiências dessas mães pode

promover a igualdade de gênero, políticas públicas que sejam inclusivas e apoio social para garantir que elas e seus filhos tenham oportunidades justas na sociedade. Ao discutir o assunto, é possível romper com os estigmas e preconceitos associados às mães que cuidam de seus filhos sem suporte, promovendo uma visão mais empática e inclusiva da maternidade.

Ademais, historicamente no imaginário social e nas discussões científicas acerca de família, percebemos a predominância da concepção de família como aquela formada por laços consanguíneos e um modelo patriarcal (Aries, 1981; Cória Sabini, 1993). Porém, com o passar do tempo, as visões de família foram se modificando e evoluindo, e assim, novas composições foram surgindo, como a da família monoparental feminina, ou de mães que não contam com apoio para o cuidado de seus filhos.

Leonardo e Morais (2017) debatem que as mães como chefes de famílias era algo que ocorria somente nas camadas mais pobres da sociedade. No entanto, os autores trazem, que cotidianamente, é possível perceber que essa realidade mudou, ganhou mais relevância social, e não ficou estritamente relacionado com as mães pobres. Porém, não significa que esse papel seja desempenhado de forma fácil, pelo contrário, mesmo com a situação de pobreza, as mulheres se lançam ao mercado de trabalho em situações em que precisam compartilhar a manutenção do lar com o companheiro, ou até mesmo, responsabilizar - se sozinha pelo domicílio. (Leonardo e Morais, p. 2, 2017).

Outro ponto importante discutido é a denominação “chefe de família”, que traz uma conotação tradicionalista e machista, que remete ao homem como chefe de família, e a responsabilidade de prover financeiramente, desvalorizando o papel da mulher no contexto familiar. (Sarti, 1996, apud Leonardo e Morais, 2017).

Conforme apontado por Cúnico e Arpini (2014), atualmente, observa-se a prevalência de preconceitos em relação a mulheres que desempenham o papel de mães, frequentemente rotuladas como "mães solteiras", um termo que associa a maternidade ao estado civil, sugerindo que a mulher está, de alguma forma, incompleta ou inadequada. Este estigma, ao invés de refletir a diversidade das experiências femininas, reforça e amplifica ideologias sexistas. De acordo com Silva (2021), o sexismo está fundamentado em estereótipos e comportamentos que limitam o ser humano com base em sua genitália. Ele argumenta que o sexismo se manifesta em uma categorização rígida dos sexos, em que a mulher é sistematicamente considerada inferior ou incompleta, um conceito que está intimamente relacionado à forma como a maternidade é vista na sociedade.

De acordo com Lop (2009), com a formação do Estado, da propriedade privada e da família consanguínea, o patriarcado foi consolidado como um sistema de descendência

sanguínea, visando garantir que os filhos legítimos herdassem a riqueza e a propriedade do pai. Isso resultou na inferioridade da mulher na sociedade, limitando sua participação nas funções do grupo e a considerando subjetivamente como propriedade do homem. Essas desigualdades de gênero foram enraizadas nas relações sociais, políticas, econômicas e jurídicas, permitindo que a mulher fosse inferiorizada, explorada e até mesmo morta com impunidade, de acordo com a lei da época.

Essas injustiças só começaram a ser revistas e alteradas muitos anos depois, na sociedade contemporânea. Conforme a autora Pinto (2010), as mulheres não possuíam direitos ou possibilidade de serem chefes de suas próprias famílias, de trabalharem e serem independentes financeiramente, pois, somente a partir dos anos 1960 e 1970, com o advento de movimentos sociais, como o feminismo, que contava com mulheres brancas de classe média e educadas. As mulheres brancas puderam então ter mais visibilidade na sociedade, e batalhar pelos seus direitos.

Enquanto isso, as mulheres negras ainda não tinham seus direitos garantidos, à elas continuava o papel deixarem suas famílias para terem que cuidar das famílias de mulheres brancas. Assim, a autora Collins (2017), mostra que políticas feministas negras dos anos 1960 e 1970 nos Estados Unidos eram ignoradas, e somente durante a transição da década de 1980, houve um avanço nos contornos estruturais dos projetos de conhecimento que viam raça, classe, gênero e sexualidade como se construíssem mutuamente sistemas de poder. Dessa forma, muitas dessas mulheres negras conseguiram entrar na academia como estudantes de pós-graduação, professoras assistentes, docentes. Collins (2017), apresenta ainda que, quando mulheres de cor que seguiram engajadas em movimentos sociais entraram para a academia, trouxeram com elas as sensibilidades dos movimentos, mas encontraram normas acadêmicas que eram antiéticas para as suscetibilidades dos movimentos.

Assim, a partir dos anos 80 e 90, se consolida o feminismo negro e antirracista, que busca a inserção das pautas das mulheres negras aos movimentos feministas. Conforme Collins (2017), as mulheres negras parecem ter uma voz, e com essa voz recém-descoberta vem uma nova série de preocupações. O novo espaço público fornecido pelo sucesso das mulheres negras fez emergir diferenças já existentes entre essas mulheres, estruturadas ao longo dos eixos de sexualidade, classe social, nacionalidade, religião e região. Esse movimento traz uma reflexão de que as mulheres negras também têm direitos e um lugar na sociedade e, causa uma destabilização no racismo ao apresentar o movimento feminista negro como uma ideologia e movimento político.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), o número de

mães que criam seus filhos sozinhas aumentou para mais 11 milhões, somente no Brasil. Isso mostra que o número de famílias monoparentais femininas é muito grande, ou seja, há um público vasto, com falta de recursos exploratórios suficientes para entender o motivo, os estigmas, os desafios no qual essas mulheres passam, por isso este artigo propõe-se a explorar essas temáticas.

Segundo Babiuk (2016), o papel da mãe em uma família monoparental feminina é multifacetado. Ela não só assume a responsabilidade financeira e material de criar seus filhos, mas também desempenha papéis emocionais, educacionais e de apoio. Muitas vezes, essa mãe enfrenta a necessidade de conciliar suas responsabilidades familiares com uma carreira ou emprego, o que pode ser um desafio significativo.

As mulheres não se constituem como um grupo homogêneo e universal, pelo contrário, são heterogêneas e estão situadas em contextos diversos e condições distintas, é que se pode afirmar que o próprio entendimento da questão “mulheres chefes de família” deve considerar, também uma, diversidade de categorias, visto que ela perpassa outras dimensões além de gênero, como classe, raça/etnia e idade/geração (Leonardo e Macedo, 2017, p.2 apud Macêdo, 2001).

De acordo com Alves (2000), a mulher brasileira sempre sofreu uma pressão externa e interna muito grande, dos pais, da sociedade e dela mesma. Sempre tiveram uma educação muito rígida onde eram criadas para casar-se e procriar, não tinham direito de estudar, votar e sair de casa sem o marido ou os pais. Além disso, sempre foram hiper sexualizadas e vistas como objetos aos olhos dos homens. Desse modo, é notório perceber que um dos grandes desafios enfrentados pelas mães são os estigmas sociais. No contexto da família monoparental feminina, os estigmas sociais podem desempenhar um papel significativo nos desafios e aspectos psicológicos enfrentados por essas mulheres.

O estigma associado à condição de ser uma mãe que cria seu filho sozinha pode levar ao julgamento e à discriminação social, afetando a autoestima e o bem-estar psicológico das mulheres nessa situação. Esses estigmas podem criar barreiras adicionais no acesso a recursos e apoio social, impactando a dinâmica familiar, o desenvolvimento dos filhos e o enfrentamento de questões práticas e emocionais.

Outro ponto para a reflexão, é o termo mãe-solo, que dá o entendimento que as mulheres precisam de um homem ou de que há falta de um homem na “chefia familiar”, que é a forma como a sociedade enxerga as mães solteiras e, segundo Fernandes (2022, p.24), historicamente o papel da mulher era somente o de gerar filhos, ou seja, a única forma da mulher sentir-se realizada era se ela conseguisse ter um filho com o seu parceiro. Além disso, o termo

monoparentalidade, era ligado à pobreza e vulnerabilidade, contudo, é possível observar que existe um número muito grande de mulheres, de diversas classes sociais, que escolheram ser mães que cuidam de seus filhos sem suporte. Por isso, o termo mãe-solo também é algo a ser problematizado, pois traz a concepção de que é necessário um homem para se tornar uma mãe.

Dessa forma, ela não poderia ser mãe sem um genitor masculino, porém, como é sabido, existem diversas formas de ser mãe que não dependem somente da reprodução, por isso, é necessário que haja uma mudança de paradigmas no termo mãe-solo, porque é associado a um termo quase pejorativo, entendendo que a mãe cuida de seu filho sozinha, sem o apoio do pai, ou que ela foi abandonada pelo seu parceiro ou ainda que, porque ela está sem o pai da criança ela passa por dificuldades. Mas, e se for a escolha da mãe não ter um companheiro para ajudar nesta jornada? E se essa foi a escolha dela para gerar seu filho?

Por esses motivos é necessária uma revisão no termo mãe-solo, pois, conforme Fernandes (2022, p.24), existe um modelo estereotipado de ser mãe, como se a maternidade fosse algo inerente ao corpo feminino, é mulher, logo deve ser mãe, chegar à plenitude de sua realização como ser humano. Isso mostra que o padrão de comportamento e conduta já estabelecidos pelo patriarcado ainda se perpetua em nossa sociedade, independente do gênero, idade e grau de instrução, ou seja, desde crianças as mulheres são ensinadas nas brincadeiras que para serem mães devem ter um pai ou que devem ser as responsáveis por cuidar de seus irmãos, como um treinamento para serem futuras mães.

No entanto, isso se tornou um estereótipo ultrapassado, e segundo a autora citada, quando mulheres decidem não serem mães, a escolha é vista como algo sobrenatural, que dá a entender que gerar e cuidar dos filhos é um papel do gênero feminino, e quem escolher não ter filhos, acaba sendo vista com preconceito e rejeição. Dessa maneira, é

necessário a desconstrução do modelo patriarcal de paternidade e despir-se de tais ideias e concepções, além de entender que a sociedade necessita de um novo formato de paternidade (Fernandes 2022, p.26).

É importante trazer para a análise a problematização dos papéis de gênero, este que, refere-se às expectativas culturais e sociais destinadas aos sujeitos considerando seu sexo biológico. Em sua obra “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, Judith Butler (1990), argumenta que gênero é uma construção a partir da cultura, não sendo algo que está acabado, estando constantemente em construção através do tempo, constituindo um fenômeno inconstante e contextual, sendo capaz de perceber que a construção social determina alguns padrões que definem a liberdade e as oportunidades das mulheres, sendo sempre caracterizadas como subordinadas aos homens. Analisando historicamente, ainda hoje tem-se

rotulado ou associado às mulheres aos papéis de cuidadoras, o que reforça estereótipos relacionados a atividades envolvendo cuidado aos filhos e tarefas domésticas.

Portanto, há fatores implicantes no termo “mãe-solo”, que fazem refletir sobre o uso, como por exemplo, ao definir uma mulher como “mãe-solo”, é centralizada a ausência de um parceiro, deixando de valorizar as habilidades, e além de tudo, os recursos que essas mulheres fazem para a criação de seus filhos. Outra questão, é a limitação de alguns debates relacionados às políticas públicas, levando a uma ideia restrita das demandas dessas famílias, como se a solução estivesse inteiramente ligada em “complementar” a família com a presença da paternidade, excluindo a possibilidade de se pensar nas questões básicas, como, políticas de trabalho mais flexível, acesso a creches e escolas e suporte psicológico.

INTERSECCIONALIDADE

A interseccionalidade é um conceito teórico que surge no final dos anos 1980, introduzido inicialmente pela jurista Kimberlé Crenshaw, mas amplamente desenvolvido por diversas intelectuais negras. A interseccionalidade emerge da necessidade de compreender como diferentes formas de opressão, como racismo, sexismo, classismo e outras, se sobrepõem e afetam indivíduos de maneiras subjetivas. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins e Bilge, 2020, p. 45).

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação de dois ou mais eixos de subordinação. Ela aborda a maneira pela qual o racismo, patriarcado, opressão de classe ou outros sistemas de opressão criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas das mulheres, raças, classes, etnias e outros (Crenshaw, 2002, p. 177).

Dessa maneira, é possível observar que há um movimento de interseccionalidade, que conforme Collins e Bilge (2020, p. 45), as ideias centrais da interseccionalidade são: a desigualdade social, as relações de poder interseccionais, o contexto social, a relacionalidade, a justiça social e a complexidade. Assim como esses temas reaparecem dentro da própria interseccionalidade, embora de formas diferentes, eles se repetem de diversas maneiras.

Na obra *Interseccionalidade*, Collins (2020) expande a compreensão da interseccionalidade ao mostrar como as categorias de opressão não operam de maneira isolada, mas sim de forma interligada e interdependente. Ademais, expõe que as intersecções de raça, gênero, classe, sexualidade e outras identidades criam dinâmicas de poder que influenciam as experiências sociais, econômicas e políticas das pessoas e que deve ser entendida como um

sistema complexo que molda profundamente as relações sociais.

De acordo com Goffman (1982), o estigma é a situação do indivíduo que é inabilitado para a aceitação social plena e sendo assim pessoas de grupos marginalizados, como negros e indígenas, no Brasil, são frequentemente associados a estereótipos que os caracterizam como inferiores intelectualmente, violentos ou incivilizados. Dessa maneira, esses estigmas têm raízes profundas na história colonial e na escravidão, e continuam a influenciar como essas populações são tratadas e percebidas em diferentes áreas, como no sistema de justiça, no mercado de trabalho e na educação. O gênero também contribui para a criação de estigmas, afetando especialmente mulheres e pessoas que não se encaixam nas normas de gênero. As mulheres negras, por exemplo, são frequentemente rotuladas como violentas ou até mesmo enxergadas com cunho sexual, o que pode dificultar sua ascensão a cargos de liderança e o reconhecimento de seu valor no ambiente profissional e em outros âmbitos da sociedade.

Segundo os estudos publicados pelo IBGE (2010) afirma que aproximadamente 53% da população brasileira é formada por pessoas negras, e uma pesquisa divulgada em 2019 pelo mesmo instituto que chama se “Desigualdades sociais por cor/raça no Brasil” mostra que 64% das pessoas que estejam em situação de desemprego são negros. Dessa mesma maneira, as mulheres negras enfrentam diversas retaliações, tanto pelo racismo quanto pelo sexismo, onde historicamente foram condicionadas a serem fortes e resistentes, superando barreiras socioeconômicas e culturais. Entretanto, essa expectativa de força não é reconhecida como um produto do sistema opressor, mas sim como uma característica inerente à mulher negra e ignora a realidade de que elas também precisam de apoio, proteção e validação.

Segundo os pensamentos de Bell Hooks (2019), durante anos as mulheres negras foram percebidas, pelos homens e mulheres brancos, como criaturas de pouca ou nenhuma atenção e tendo seus impactos físicos e psicológicos minimizados. Além disso, ressalta que a maioria das escritoras brancas do movimento feminista perpetuaram, por meio de suas obras, ideias racistas e sexista que por muito tempo ofuscaram a causa do movimento feminista negro.

Segundo Hooks (2019), outro ponto a ser destacado é a desvalorização da natureza feminina negra, que teve sua gênese na escravização e exploração sexual das mulheres negras e que conseqüentemente consolidaram uma estrutura de opressão que desvaloriza a feminilidade negra, que é observado em estereótipos que elas carregam, como pessoas desprovidas de valor, moral e dignidade. Além disso, como resultado da banalização que elas sofreram por anos, consolidou se uma hierarquia, em relação a violação sexual, onde a mulher negra aparece em menor relevância, ou seja, um estupro de uma mulher branca por um homem

negro recebe mais atenção do que milhares de casos de violência sexual contra mulheres negras por homens brancos e conseqüentemente perpetuando a percepção da gravidade da violência sexual, priorizando casos envolvendo vítimas brancas.

Dessa maneira, Hooks (2019) afirma que a interseccionalidade é um instrumento facilitador que permite destrinchar e observar de maneira mais singular as opressões relacionadas ao sexo, cor, raça, gênero, nacionalidade e orientação sexual e como essas variáveis se esbarram na vida de mães que cuidam de seus filhos sem suporte, podendo gerar a elas sentimentos ligados a angústia, abando e solidão, também podendo inflar o sofrimento psíquico nessas mulheres. Além do mais, é possível ponderar que essa análise crítica destaca a importância de considerar múltiplas dimensões e conseguir entender diversas experiências de desigualdade.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é qualitativa, sendo interpretado o vídeo documental, chamado “Mãe-solo”, publicado em 21 de junho de 2021, trazendo relatos de mães e suas dificuldades. As personagens principais deste documentário são: Keisiane Santos, 24 anos, esteticista, e Lúcia Batista, 63 anos, diarista. Ambas solteiras que vivem em regiões periféricas na cidade de Salvador, Brasil. Apesar de terem dado à luz em épocas diferentes, separadas por cerca de 40 anos, as personagens lembram e relatam dificuldades parecidas sobre a realidade de ser uma “mãe-solo” na sociedade brasileira, fazendo uma descrição direta e detalhada dos fenômenos e aspectos vividos por elas.

Conforme Augusto, Souza, Dellagnelo e Cario (2011), nas pesquisas qualitativas, o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar “como” ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas. Dessa forma, a metodologia de pesquisa usada, como citado, foi a qualitativa.

Além disso, a pesquisa qualitativa é especialmente válida em situações em que se evidencia a importância de compreender aspectos psicológicos cujo dados não podem ser coletados de modo completo por outros métodos, devido à complexidade que encerram por exemplo, a compreensão de atitudes, motivações, expectativas e valores (Augusto; Souza; Dellagnelo; cario, 2011 apud Richardson, 1999).

Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como exploratória e explicativa, considerando que o propósito desse tipo de pesquisa é “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p. 42).

No caso da pesquisa presente, será possível explorar quais os aspectos psicológicos, os desafios enfrentados por essas mães.

Tem caráter explicativo, também, pois é identificado os principais desafios relacionados a dificuldades sociais e econômicas presentes no cotidiano das famílias monoparentais femininas, tendo em vista o conceito que Gil (2002, p. 42) traz sobre a pesquisa explicativa, essa que, “tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.”

Quanto aos procedimentos técnicos, são de grande relevância, pois, de acordo com Gil (2002), torna-se possível reconhecer as semelhanças e diferenças entre as diversas modalidades de pesquisa. Dessa forma, o pesquisador passa a dispor de mais elementos para decidir acerca de sua aplicabilidade na solução dos problemas propostos para investigação. Assim, os procedimentos irão delimitar e definir os critérios de pesquisa, área de conhecimento, a finalidade, o nível de explicação e os métodos adotados.

No presente artigo, a pesquisa é documental, apresentando o conceito de documento amplo, e pode ser composto por qualquer objeto que comprove um fato ou conhecimento, os mais utilizados são documentos de instituições; documentos pessoais; materiais como folders, catálogos e convites; documentos jurídicos; iconográficos e estatísticos. Conforme Gil (2002), na pesquisa documental, vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc. Ademais, há fontes que ora são consideradas bibliográficas, ora documentais [...]. Assim, recomenda-se que seja considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização[...]

A pesquisa foi realizada por meio da transcrição do documentário achado na íntegra, chamado “Mãe Solo”, produzido por Camila de Moraes, Engels Miranda, Nane Sacramento e Danilo Stael. As mães entrevistadas foram Lúcia Batista dos Santos e Keisiane Santos Pereira e seus filhos Ângelo Máximo Batista dos Santos e Bernardo Santos Pereira. O documentário de curta metragem, conta a história de duas mães, pretas, moradoras da cidade de Salvador, que apesar da diferença de idades, apresentaram as mesmas dificuldades em relação às mães que cuidam de seus filhos sozinha. A primeira mãe, Lúcia Batista, relata que quando seu ex-parceiro descobriu que estava grávida, pediu para que ela não desse continuidade a gravidez, mas Lúcia decidiu não interromper a gestação. Assim, conta que passou por muitas dificuldades para conseguir criar seu filho, passou fome, não tinha água para tomar e nem luz em sua casa, ele narra Keisiane Santos, que passou também por muitas dificuldades, só teve apoio da mãe para comida e um lugar para morar, o resto teve que buscar sozinha. Conta também que teve que usar roupas doadas, passou fome, mas conseguiu criar o seu filho. Assim, a maior preocupação

destas mães é “com quem vou deixar meu filho?”, pois prezam pelo bem-estar dos seus filhos antes mesmo de pensarem em si.

O documentário apresenta os relatos dessas mães retratando os desafios, estigmas e aspectos psicológicos enfrentados no dia a dia, geralmente negras, pobres e moradoras da periferia. Dessa forma, a amostra será voltada para as mães negras, pobres e moradoras da periferia. Assim, o conteúdo do vídeo será analisado e entrelaçado com referências científicas.

Além disso, a pesquisa está embasada nas Resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016, que explicam as questões éticas. Não está submetida ao comitê de ética envolvendo seres humanos, pois de acordo com os dados de domínio público e as resoluções citadas informações de acesso público: dados que podem ser utilizados na produção de pesquisa e na transmissão de conhecimento e que se encontram disponíveis sem restrição ao acesso dos pesquisadores e dos cidadãos em geral, na internet, não estando sujeitos a limitações relacionadas à privacidade, à segurança ou ao controle de acesso. Essas informações podem ser processadas, ou não, e contidas em qualquer meio, suporte e formato produzido ou gerido por órgãos públicos ou privados. Ademais, seguindo a Lei nº 12.527, de 18 de nov. de 2011, a qual na presente Resolução CNS nº 510/2016, no Art. 01, explicita a não necessidade de submissão de pesquisas que utilizam dados de acesso público ao Sistema Cep/Conep.

Para esta pesquisa foi selecionado documentário que: (1) aborde famílias monoparentais lideradas por mulheres, pontuando os aspectos psicológicos, emocionais, comportamentais e sociais das mães e de seus filhos na dinâmica da família monoparental feminina. Bem como, (2) relatos de mulheres solteiras, divorciadas ou viúvas que possuem a guarda exclusiva de seus filhos. (3) Mulheres que trouxeram em seus discursos os desafios enfrentados perante uma sociedade que majoritariamente colocam discussões sociais em óticas machistas e que estigmatizam ainda mais essas famílias. No entanto, a partir de uma análise de vídeos na plataforma Youtube, não foi possível achar vídeos que condizem com a temática de famílias monoparentais femininas, somente vídeos relacionados ao âmbito do direito, por isso foi selecionado o documentário “Mãe Solo”.

Neste artigo, foram analisados os discursos estigmatizados que essas mães são sujeitas, considerando os papéis sociais da mulher como práticas discursivas, que para ser uma família necessitam ser casadas, não sendo aceito socialmente serem mulheres que criam suas progêntos sozinhas. Além disso, abordando o intradiscorso nas questões de luta de gênero, com vistas na análise das relações de saber/poder que incidem na constituição dos estigmas e preconceitos que as mulheres sofrem.

Então, a Análise do Discurso, estuda a linguagem quando ela "faz sentido para sujeitos

inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas" (Maingueneau, 1993, p. 11-12 apud Fischer, 1993), ou seja, essa metodologia considera o aspecto formal da linguagem, tratando-o juntamente com os conflitos subjetivos e sociais que envolvem a fala, faz muito mais do que só a transmissão da fala.

Assim, visou-se analisar documentário sobre relatos de mães que realizam o cuidado de seus filhos sozinhas, dessa forma, o discurso analisado não será manifestação de um sujeito, mas um lugar de sua dispersão e de sua descontinuidade, já que o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem (Fischer, 1993).

CLASSE, GÊNERO E RAÇA: O COTIDIANO DE MULHERES MÃES QUE CUIDAM DE SEUS FILHOS SEM SUPORTE

O documentário “Mãe-Solo” inicia-se com três mulheres negras na beira de um rio respirando pesadamente, jogando água nelas mesmas. Inicia-se uma voz feminina falando: “As mães solas, elas estão sozinhas mesmo, no barco, de dar conta de tomar conta, como a gente diz no bom bahianes”. Na análise dos documentários é possível perceber que os principais pontos traçados pelas mulheres são: (1) que elas não possuem parceiros, que foram abandonadas por eles ou que eles não aceitaram a gravidez; (2) possuem pouco ou nenhum apoio da família; (3) que são mulheres negras, moradoras da favela e com dificuldades econômicas.

Os relatos das mulheres no documentário trazem que quando descobriram a gravidez e foram falar com os parceiros, esses não concordaram e, em todos os casos, acabaram sendo abandonadas. Em uma acepção cultural, é percebido que a desresponsabilização quanto aos cuidados masculinos com os filhos é legitimada socialmente, demarcando marcas identitárias de gênero e sexo. Nessa lógica, entende-se que as mulheres têm a responsabilidade de cuidar dos filhos e os homens não a têm. Sobre isso Lúcia Batista, que fala:

Aí vim pra aqui, comecei a trabalhar, conheci o pai dos meus filhos, começamos a morar juntos, morando juntos, passamos um período bom morando juntos depois...não deu certo. Aí eu fui dizer a que que tava grávida...ele não aceitou a gravidez, ele não queria...queria que eu desse providência a minha vida, não queria. Aí ele...tirar o meu filho eu não vou. Vou ter o meu filho, vou criar meu filho, vou criar meu filho. Aí depois tive meu filho, eu senti dó dele... [...] (Trecho do Documentário Mãe Solo, 2020).

Isto significa que, a idealização da mulher negra como "mãe preta", segundo Gonzales (1984), pode obscurecer a realidade da opressão vivida por essas mulheres, muitas vezes

reduzidas a papéis estereotipados que não refletem a complexidade de suas experiências. Foi observado, ainda, no documentário a existência de pouco ou quase nada de suporte familiar e social às mulheres. Isso se deve a situação racial, econômica e social que elas vivem, pois moram em situações precárias.

A análise da falta de suportes familiares e sociais para mulheres, especialmente em contextos de vulnerabilidade racial, econômica e social, revela um quadro complexo de interseccionalidade (Collins, 2020). Muitas mulheres que vivem em situações precárias enfrentam uma sobrecarga de responsabilidades, tanto em casa quanto no trabalho, o que limita seu acesso a redes de apoio.

A desigualdade econômica é um fator significativo. Mulheres em situação de pobreza frequentemente têm empregos informais, com baixos salários e sem benefícios, o que dificulta a construção de uma base financeira estável. Essa precariedade limita a capacidade de investir em educação, saúde e outras formas de desenvolvimento pessoal.

Além disso, o racismo estrutural desempenha um papel crucial, mulheres de grupos raciais marginalizados enfrentam discriminação não apenas em suas comunidades, mas também em espaços de trabalho e no acesso a serviços sociais, criando um ciclo de exclusão que agrava sua vulnerabilidade.

A rede de apoio familiar também pode ser limitada, exacerbada por dinâmicas de opressão e violência doméstica. Mulheres em situações de abuso podem hesitar em buscar ajuda devido ao medo de retaliação ou à desconfiança em instituições que deveriam proteger seus direitos. Essa ausência de suporte leva a consequências negativas, como a limitação das oportunidades de empoderamento e autonomia, perpetuando ciclos de pobreza e vulnerabilidade. Como pode-se ver na fala Lúcia Batista ao narrar que teve seu filho em casa porque não conseguiu suporte para levá-la na maternidade, como exemplifica o trecho a seguir:

Dia 7 de junho, a noite toda, como eu não tinha ninguém pra ir à maternidade, eu esperei lá de manhã. De manhã eu pedi uma menina que morava comigo, uma prima, ir na casa da vizinha chamar ela porque não aguentava mais de dor. Aí ela disse assim, vá...diga a ele para tomar um banho que eu já vou, pra levar ela pra... nessa ida, eu tomei banho e vim pra me arrumar. Quando eu vim me arrumar, ele nasceu, nasceu em casa (Trecho do Documentário Mãe Solo, 2020).

De acordo com Gonzales (1984) as mães negras frequentemente enfrentam a interseção de múltiplas formas de opressão: racismo, sexismo e classismo. Essas categorias não são isoladas, mas interagem de maneiras que intensificam a desigualdade e dificultam a mobilidade social e econômica. Para a autora, a identificação do dominado com o dominador e a aceitação do mito da democracia racial. Essa ideia é fundamental para entender como as mulheres negras,

e especialmente as mães, são situadas na sociedade brasileira. Sendo assim, a autora adiciona que, o sexismo e o racismo são ainda mais severos sobre as mães negras e que afetam diversas esferas da vida dessas mulheres, como no mercado de trabalho e no acesso à serviços públicos.

As mães do documentário são negras, moradoras da favela e com dificuldades econômicas. Foi possível perceber que em ambos casos relatam ter que “*tomar conta de dar conta*”, que sozinhas tiveram que achar meios de sustento para elas e seus filhos, descrevem também que passaram muitas adversidades, como por exemplo, a falta de comida, de lugar para morar, ter o que vestir, e a falta de uma rede de apoio, que conforme os relatos é um dos grandes desafios da maternidade solo, pois além de terem que lidar com a longa jornada de trabalho, para garantirem o sustento, não possuem pessoas para as ajudarem, tendo que deixar muitas vezes os filhos sozinhos, com vizinhos ou com familiares distantes.

E, em adição a todos esses fatores, ainda possuem a obrigação de acharem creches e escolas, o que também é um processo desgastante, pois na maioria das vezes não há vagas suficientes para todas as crianças, ou seja, elas são encarregadas de ir em busca de tudo para seus filhos, porque além de todos esses problemas, não há políticas públicas suficientes para ampará-las, como é possível perceber na fala de uma das mulheres participantes do documentário:

Em salvador uma mulher, essas mulheres, estão responsáveis por tudo nessas famílias, nas suas famílias, são essas mulheres que... vão para a fila de uma vaga de creche. Começa o vergonhoso sorteio em Salvador, desde o mês de outubro... para ela tentar ver se consegue uma vaga para fevereiro ou março. E qual é a situação, uma mulher disputa uma vaga de creche com mais de 150 mulheres, num vergonhoso sorteio. (Trecho do Documentário Mãe Solo, 2020).

Assim, há uma grande relação entre vulnerabilidades sociais e mulheres negras, pois foi possível perceber que a maioria delas estão desamparadas em vários âmbitos, como por exemplo, o fato de estarem sozinhas, não possuírem apoio financeiro nem familiar, além de terem que carregar uma responsabilidade muito grande diante seus filhos, o que gera uma carga emocional desgastante.

E, conforme o documentário, esse desamparo tem gênero e raça, pois é possível perceber que a sociedade não está preparada para mães negras, sozinhas, com seus próprios negócios e criando filhos sozinhos, pois socialmente, conforme Gonzales (1984), são vistas somente como “mulatas” ou “mães pretas”, fazendo com que gere um estereótipo desumanizador, que as inferioriza e não leva em consideração as condições de desigualdades que enfrentam todos os dias para garantir o mínimo de sustento para seus filhos, ao mesmo tempo que lidam com a pressão social de se submeter a uma carga de trabalho longa e exaustiva.

Em outras palavras, a autora traz que a mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta, ou seja, sempre são atribuídos às mulheres negras cargos que são considerados inferiores socialmente, como é percebido na fala de Keisiane Santos:

“...acho que a sociedade não tá preparada a ver uma mulher preta, jovem, mãe solo, a estar à frente de sua vida, a estar só, a ter um negócio, a desenvolver um negócio. As pessoas olham pra mim e não acreditam. Meu filho pra mim é tudo, tudo, tudo que eu tenho de fato”. (Trecho do Documentário Mãe Solo, 2020).

De acordo com Gonzales (1994), a desigualdade econômica, onde as mães negras frequentemente têm menos acesso a oportunidades econômicas e educacionais, limita sua capacidade de prover para seus filhos e de melhorar suas condições de vida. A precariedade econômica é amplificada pelo racismo e pela discriminação no mercado de trabalho. E a falta de acesso a recursos, onde a falta de suporte financeiro e institucional pode fazer com que essas mulheres dependam de redes informais e informadas, que muitas vezes são insuficientes para suprir todas as necessidades básicas.

A sociedade ocidental e brasileira, de um modo geral, considera que as famílias monoparentais chefiadas por mães, “inapropriadas ou deficitárias”, devido à ausência do pai, sendo mais um estereótipo que possivelmente causará o sofrimento psíquico destas mulheres, com sentimento de impotência em relação a si e com seus filhos. As provedoras do lar de famílias monoparentais femininas são estigmatizadas pela estrutura sócio-histórica e cultural que foi construída em relação ao papel da mulher.

Os desafios enfrentados por essas mães podem variar amplamente com base em fatores como situação econômica, rede de apoio social, idade dos filhos e recursos disponíveis. Algumas delas podem ter acesso a uma rede de apoio sólida, seja de familiares, amigos ou comunidades locais, enquanto outras podem enfrentar isolamento social e falta de suporte. Assim, as estratégias de enfrentamento para essas mães devem ser provenientes do Governo Brasileiro, no qual, recomenda-se a criação de programas sociais, que visem apoio financeiro, material e psicológico para essas mulheres, que muitas vezes estão em situação de vulnerabilidade social e psicológica.

Portanto, diante do exposto, é possível perceber que as mães na sociedade contemporânea passam por inúmeras adversidades, que causam entraves nas suas vidas cotidianas, gerando sentimentos de insuficiência, tristeza e incapacidade, por exemplo. O que faz com que elas tenham que lidar com um fardo emocional muito grande, além da pressão social estigmatizante que as julga por cuidarem de seus filhos e lares sozinhas, e ainda trabalharem fora de casa. Nesse contexto, as políticas públicas desempenham um papel

essencial para garantir o bem-estar dessas mulheres e de seus filhos, promovendo condições mais equitativas e oportunidades de desenvolvimento.

Entre as iniciativas de destaque, o Bolsa Família se sobressai como uma ferramenta de combate à pobreza, de acordo com (Brasil, 2024) é repassado um valor de R\$600,00 para famílias que possuem renda mensal menor que R\$218,00 por pessoa, para mulheres que são responsáveis financeiramente pelo seu lar é adicionado um benefício de auxílio-maternidade, em casos de gravidez ou adoção. Além do Bolsa Família, há também um programa criado em 2022, chamado Programa Nacional Qualifica Mulher, segundo (Brasil,2022), a finalidade desse projeto é oferecer capacitação profissional e possibilitar a inserção da mulher no mercado de trabalho, promovendo a independência financeira.

A articulação dessas políticas públicas configura uma rede de apoio essencial para essas mulheres, permitindo que confrontem as dificuldades do dia a dia com mais recursos e oportunidades. Contudo, é necessário ampliar a cobertura dessas iniciativas, garantindo maior acesso, menos burocracia e respostas mais efetivas às demandas de famílias monoparentais femininas. Investir nessas mulheres e suas famílias é promover justiça social e igualdade de oportunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou abordar desafios passados pelas mães, que são mulheres que não possuem rede de apoio ou uma rede que é mínima, quando se trata de cuidar de seus filhos e prover financeiramente e emocionalmente. Assim, com base na análise do documentário “Mãe Solo”, foram realizadas observações diante deste fenômeno pouco explorado relacionado a mulheres que cuidam de seus filhos sozinhas. De acordo com o estudo realizado, foi possível perceber que não existe um modelo perfeito de família. As famílias podem conter diversos funcionamentos e padrões, então uma mãe por cuidar de seus filhos sozinha, não é menos família, em comparação com um modelo de família “tradicional”, mas acaba sendo muito mais alvo de críticas e estigmas pela sociedade.

Dessa forma, foi realizada uma crítica quanto ao termo “chefe de família”, que traz uma conotação machista e sexista, como se mulheres não fossem capazes de prover pelos seus lares. Outro ponto a se refletir, é o termo mãe solo, que também é carregado de sexismo e machismo, que traz a ideia de que para ser mãe é necessário um homem, e se não possuírem não são mulheres de verdade ou estão incompletas, pois, historicamente, o papel das mulheres era somente de cuidar da casa e dos filhos.

No entanto, é possível perceber que essa realidade mudou significativamente, e nos dias de hoje, as mães são as provedoras de seus lares, são elas que cuidam dos filhos, provém o sustento da casa e ainda possuem um emprego fora de casa, ou seja, elas possuem uma rotina tripla de serviços, e fazem, na maioria das vezes, sozinhas, sendo essa uma forma de monoparentalidade.

Em adição, foi possível perceber que a grande parte são mães negras, que não possuem boas condições socioeconômicas e que são moradoras de favela. Assim, é percebido um movimento interseccional, em que a raça, gênero e condições socioeconômicas se entrelaçam, criando posições que podem ser consideradas de desvantagens ou inferiores para essas mulheres, que cria um estigma de incapacidade ou preguiça, que faz com que seja reforçada uma imagem negativa e cria condições de desigualdades sociais e estruturais.

Diante desses desafios, é primordial que as políticas públicas e os profissionais da área da saúde e assistência social estejam atentos a essa realidade, oferecendo suporte adequado tanto às mães quanto às crianças. É necessário promover programas de recursos que visem fortalecer a resiliência dessas famílias, com serviços de apoio psicológico, assistência jurídica, orientação parental e incentivo ao empoderamento feminino. Com isso, leva a se contribuir para o bem-estar e o desenvolvimento saudável das famílias monoparentais femininas, permitindo que elas superem os desafios e alcancem uma vida equilibrada. Sendo essas possíveis pistas que a presente pesquisa traçará como resultados.

Algumas temáticas que poderiam ser exploradas em pesquisas futuras incluem: realizar entrevistas qualitativas com mães que criam seus filhos sem apoio, para entender suas histórias pessoais, desafios diários e estratégias de enfrentamento. Investigar como a dinâmica familiar monoparental afeta o desenvolvimento emocional e social das crianças a longo prazo. Analisar a importância das redes de apoio formais e informais e como essas podem ser melhoradas para dar suporte à essas famílias. Avaliar a eficácia das políticas públicas existentes e sugerir novas iniciativas que respondam às necessidades específicas dessas mães e seus filhos. Estudar o impacto do estigma social na saúde mental dessas mães que cuidam de seus filhos sem auxílio e identificar intervenções que possam mitigar esses efeitos. E, explorar como diferentes culturas e classes sociais percebem e vivem a monoparentalidade, contribuindo para uma visão mais ampla do fenômeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGUSTO, C. A. *et al.* **Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011)**, [s. l.], 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/zYRKvNGKXjbDHtWhqjxMyZQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2023.

ASSENSIO, C. B.; SOARES, R. 2022. "Estigma – Erving Goffman". In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/conceito/estigma-erving-goffman>. Acesso em: 19 out. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL. **Governo institui o Programa Nacional Qualifica Mulher**. Portal Gov.br, 20 dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2022/dezembro/governo-institui-o-programa-nacional-qualifica-mulher>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BUTLER, J. **Problemas de gênero feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 1º ed. Editora Civilização Brasileira, 2018. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/869762/mod_resource/content/0/Judith%20Butler-Problemas%20de-g%C3%AAnero.Feminismo%20e%20subvers%C3%A3o-da%20identidade-Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira-%202018.pdf. Acesso em 28 set 2023.

CAMILO, Bruna. **Patriarcado e teoria política feminista: possibilidades na ciência política**. 2019. 116f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

COLLINS, P. H.; SILVA, K. A. da; GOMES, M. C. A. **Interseccionalidade, Opressão Epistêmica e Resistência: uma entrevista com Patrícia Hill Collins**. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, SP, v. 60, n. 1, p. 328–337, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8661895>. Acesso em: 12 set. 2023.

COLLINS, P. H. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. 9a Edição: Revista Parágrafo: v. 5 n. 1 (2017) Dossiê Comunicação e Desigualdades, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/issue/view/56>. Acesso em: 22 nov. 2024.

COLLINS, P. H.. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso*. **Cadernos Pagu**, n. 51, p. e175118, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700510018>. Acesso em 22 nov 2024.

CRENSHAW, Kimberlé Willians. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas**. vol. 10, núm. 1, pp. 171-188, 2002. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4123084/mod_resource/content/1/Crenshaw%202002%20revista%20estudos%20feministas.pdf. Acesso em 22 de nov de 2024

CÚNICO, S. D; ARPINI, D. M. **Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família**. **Aletheia**, n. 43-44, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/d10178d4-3dab-4828-bd3e-dc01fd26b97d/content>. Acesso em 28 set 2023.

FERNANDES, P. da S. **"Família monoparental feminina: desafios de ser mãe solo."** Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2022. Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_sexual/5832.pdf. Acesso em: 04 set. 2024.

FISCHER, R. M. B. **A análise do discurso: para além de palavras e coisas**. Educação & Realidade, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71741>. Acesso em: 23 out. 2023.

GIL, A. C. **Como classificar as pesquisas?** In: __. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: editora Atlas, 2002, p. 42-43. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 17 out. 2023.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Atlas: Grupo GEN, 2022. *E-book*. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 18 out. 2023.

GOFFMAN, E. (1982). **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/308878/mod_resource/content/1/Goffman%20%20Estigma.pdf. Acesso em 20 nov 2024.

GONZALEZ, L. **A Democracia Racial Uma Militância**. UAPE- Revista de Cultura ANO 2 - nº2, 1994. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6579411/mod_resource/content/2/9.%20GONZALEZ%2C%20Lelia%20-%20A%20Democracia%20Racial%20Uma%20Milit%C3%A2ncia.pdf. Acesso em: 02 out. 2024.

GONZALEZ, L. **Racismo E Sexismo Na Cultura Brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4928667/mod_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf. Acesso em: 02 out. 2024.

Hooks, Bell. **E eu não sou uma mulher? mulheres negras e feminismo**. 2019. Disponível em: https://plataformagueto.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf. Acesso 22 de nov de 2024

IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em : <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>. Acesso em 20 Nov. 2024

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mães Solos**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/maes-solo/>. Acesso em: 28 set 2023.

IOP, E. **Condição da mulher como propriedade em sociedades patriarcais**. Revista Visão Global, v. 12 n. 2 (2009). Universidade do Oeste de Santa Catarina. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/issue/view/47>. Acesso em: 22 nov. 2024.

LEONARDO, F. A. M.; MORAIS, A. G. L. de. **Família Monoparental Feminina: A Mulher Como Chefe de Família**. Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 11–22, 2017. DOI: 10.33027/2447-780X.2017.v3.n1.02.p11. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/7386>. Acesso em: 28 set. 2023.

MÃE SOLO. Camila de Moraes. Salvador: Produtora Aworan, 2020. Disponível em: <http://aworan.com.br/pages/maesolo/>. Acesso em: 20 ago 2024.

MORAES, M. L. Q. **Família E Feminismo: O Encontro Entre Homem/Mulher Como Perspectiva**. [s. l.], 1984. Disponível em: [1h++Família+e+feminismo++o+encontro+homem-mulher+como+perspectiva](https://www.redalyc.org/journal/3498/349857778002/html/#:~:text=Portanto%2C%20o%20estigma%20C3%A9%20a,Becker%20%26%20Arnold%2C%201986). Acesso em: 17 out. 2023.

MORANDO, E. M. G. *et al.* **O Conceito De Estigma De Goffman Aplicado À Velhice**. INFAD- Revista de Psicologia, [s. l.], 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3498/349857778002/html/#:~:text=Portanto%2C%20o%20estigma%20C3%A9%20a,Becker%20%26%20Arnold%2C%201986>. Acesso em: 28 set. 2023.

PINTO, C. R. J.. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15–23, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 set 2023.

Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad | Latin American Journal of Studies in Culture and Society V. 03, no 03, set. -dez., 2017, artigo no 435 | relacult.clacoc.org | e-ISSN: 2525-7870. Acesso em: 13 set. 2023.

SABINI, Cória. **Psicologia do Desenvolvimento**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

VERZA, F.; SATTTLER, M. K. e STREY, M. N. **Mãe, mulher e chefe de família: perspectivas de gênero na terapia familiar**. Pensando fam. [online]. 2015, vol.19, n.1, pp. 46-60. Acesso em: 28 set 2023.

VITALE, Maria Amalia Faller. Famílias monoparentais: indagações. In: Revista Serviço Social e Sociedade. n. 71.a. XXIII. São Paulo: Cortez, set. 2002, p.45 – 62. Acesso em: 28 set 2023.

WAGNER, A. **Desafios psicossociais da família contemporânea**. Artmed: Grupo A, 2011. *E-book*. ISBN 9788536326559. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536326559/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

WITZEL, A. C. P.; ALVARENGA, M. A. de F. P. **Análise Da Família Monoparental Como Entidade Familiar Após o Advento Da Constituição Federal De 1988**, [s. l.], 12 abr. 2012. Disponível em: https://www.franca.unesp.br/Home/stae/eixo5_003.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.